

BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA: campo de trabalho em expansão

LIBRARIES PUBLIC SCHOOL OF CITY JOÃO PESSOA: Field work in Expansion

Alexsandra dos Santos Cruz *

Ediane Toscano Galdino de Carvalho**

RESUMO

Identifica a existência de bibliotecas e bibliotecários nas escolas públicas municipais da cidade de João Pessoa. As escolas estão inseridas em uma estrutura organizacional da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), distribuídas em 09 (nove) Pólos, os quais são responsáveis pelo gerenciamento das escolas. Os sujeitos pesquisados foram os coordenadores desses Pólos que em sua maioria são Pedagogos. Caracterizou-se como pesquisa descritiva e exploratória, utilizando a abordagem quantitativa e qualitativa e como instrumento de coleta de dados foi realizado o questionário semi estruturado. Utilizou-se ainda de informações a partir de fontes bibliográficas, documentais e *on line*. A partir das análises, pode-se identificar que existem 86 escolas públicas no município de João Pessoa do estado da Paraíba, onde nestas ocorrem a carência e/ou inexistência de bibliotecas, como também a inexistência de bibliotecários. Para tanto, a demanda no mercado de trabalho é frutífero, visto que a obrigatoriedade da Lei 12.244 torna possível a existência de no mínimo 86 vagas para a contratação de profissionais bibliotecários neste município para a implantação e efetivação de bibliotecas nestas escolas.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas Escolares. Profissional bibliotecário. Lei 12.244.

ABSTRACT

Identifies the existence of libraries and librarians in public schools of the city of João Pessoa. The schools are located in an organizational structure of the Department of

Education and Culture (SEDEC), distributed in nine (09) poles, which are responsible for the management of schools. The subjects studied were the coordinators of these Poles, which are mostly Educators. Characterized as descriptive and exploratory research, using both quantitative and qualitative research and as a tool for data collection, a semi-structured questionnaire was conducted. We used further information from bibliographic, documentary and online sources. From our analysis, we can identify the existence of 86 public schools in the city of João Pessoa, Capital of Paraíba State, where occur the lack and/or absence of libraries, as well as the absence of librarians. Therefore, the demand in the labor market is fruitful, since the requirement of Law 12.244 makes possible the existence of at least 86 vacancies for hiring professional librarians in this municipality for the implementation and effectiveness of libraries in these schools.

Keywords: Public School Libraries. Librarian. Brazilian Law 12.244

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca edificou seu contexto histórico entre períodos de apogeu e declínios. No entanto, sempre foi digna de respeito por seus guardiões desde os tempos mais remotos como a biblioteca de Ebla na Síria e as bibliotecas dos mosteiros até chegarmos às bibliotecas atuais como a Library Of Congress.

A partir da invenção da imprensa, o pensamento humano registrado passou a ser disseminado de uma maneira mais rápida e em maior volume, o que culminou na Explosão documental e da informação. Contudo, a sociedade passa a compreender de uma forma mais clara que a informação é uma ferramenta capaz de transformar a sociedade. Dessa forma, a biblioteca passa então, a exercer um papel fundamental neste processo de transformação, por ser o elo entre a formação educacional e cultural de uma sociedade.

Neste contexto, as Bibliotecas Escolares surgem como a oportunidade de intermediar o processo de ensino-aprendizagem da comunidade escolar.

Para Milanesi (1983, p. 39) “a Reforma do Ensino de 1971 decretou, oficialmente, a prática de pesquisa na escola. E como pesquisar supõe livros, a biblioteca passou a ser procurada pelos estudantes”. Desse modo, abre-se um espaço para a Biblioteca Escolar enquanto suporte fundamental no processo pedagógico e na estrutura de ensino, facilitando o acesso à informação e a cultura pela comunidade escolar, sendo fundamentalmente professores e alunos, como base no processo de ensino-aprendizagem, bem como no prazer pela leitura, extrapolando os muros da escola.

Diante desta junção de forças em torno do processo educacional, vale salientar a fundamental importância da existência do profissional bibliotecário nas Bibliotecas Escolares, como também a Instituição Escola deve fornecer o espaço informacional, obedecendo à necessidade da comunidade.

A inobservância a presença do profissional bibliotecário na Biblioteca Escolar, interfere na falta de qualidade do processo de ensino-aprendizagem nas escolas, visto que o bibliotecário tem a formação para atuar neste campo de trabalho.

As exigências da atual sociedade que está em constante mudança são fundamentais para a absorção desses profissionais pelas instituições escolares. Para tanto, a Lei 4.084, garante a fiscalização do exercício desse profissional pelas entidades competentes, tendo no Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e nos Conselhos Regionais (CRB), instituições responsáveis para a observância desta lei e de outras funções a beneficiar o bibliotecário.

Atualmente foi regulamentada a Lei 12.244, de 24 de maio de 2010, que garante a obrigatoriedade da existência de bibliotecas escolares nas instituições de ensino, ocasionando portanto, a contratação do profissional bibliotecário. (BRASIL, 2010).

No município de João Pessoa do Estado da Paraíba, a Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC) tem na Diretoria de Gestão Curricular (DGC), a possibilidade de construir um modelo de gestão, tendo em vista, a aplicação da lei 12.244/2010.

Dessa forma, a pesquisa em tela, tem contribuição relevante para o município de João Pessoa, como também para as entidades de classe (Conselho Regional de Biblioteconomia, 15ª Região e Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba (APBPB) ao apresentar a atual situação do campo de trabalho do profissional bibliotecário diante da realidade das escolas públicas municipais.

Faz-se então o seguinte questionamento: As escolas públicas do município de João Pessoa dispõem de bibliotecas e bibliotecários?

Diante deste contexto, a pesquisa tem como objetivos : mapear o campo de trabalho do profissional Bibliotecário nas Bibliotecas públicas escolares municipais de João Pessoa / PB; identificar quantas bibliotecas públicas escolares tem no âmbito do município de João Pessoa/PB e verificar a presença de

bibliotecários nas bibliotecas públicas escolares do município de João Pessoa.

2 BIBLIOTECA ESCOLAR E SEUS DESAFIOS

O contexto histórico da Biblioteca Pública desempenha papel fundamental para o surgimento das bibliotecas escolares, pois o reconhecimento inicial da biblioteca pública enquanto instrumento mediador para a educação e a cultura de um país, direcionou para a compreensão dos Sistemas de Ensino no âmbito educacional, pela necessidade de fortalecer o ensino-aprendizagem a partir da biblioteca inserida no espaço escolar.

Para isso, a biblioteca escolar deve fornecer vários meios de acesso à informação, possuir um espaço destinado à pesquisa bibliográfica, além de dispor do uso de novas tecnologias para dinamizar nos trabalhos escolares. Portanto, a biblioteca se constitui como um espaço de aprendizagem pleno.

Segundo Campello (2003, grifo do autor) “a função educacional dentro das bibliotecas escolares não restringe apenas a seguir parâmetros curriculares, mas fundamenta-se sobre a tríade: a leitura, a pesquisa e a cultura, pontos importantes que merece ações relevantes para evidenciar seu papel pedagógico.”

Para Fonseca (1992, p. 62), “A biblioteca escolar tem o objetivo específico de fornecer livros e material didático tanto a estudantes como a professores. Ela oferece a infraestrutura bibliográfica e audiovisual do ensino de primeiro e segundo graus”.

As primeiras bibliotecas escolares no Brasil surgiram pela preocupação da erradicação do analfabetismo que era influenciado, sobretudo pela falta de políticas educacionais para o aumento de efetivos leitores. Desta feita, em 1937 foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL) fato que levantou as discussões sobre o fortalecimento de bibliotecas públicas.

Posteriormente com a criação da Lei 5.692/71 que beneficia a pesquisa enquanto ligação do estudante e do saber, como também a valorização da língua nacional a partir da leitura em diversas fontes do conhecimento, a biblioteca passa a ser o local fundamental para tal processo de transformação, sendo a escola a base de todo o contexto que envolve as mudanças na redução do índice de analfabetos no país.

Mediante isto foi sancionado em 2011 pelo Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação no Brasil- PNE, onde traça metas e objetivos para a manutenção da qualidade do ensino em todos os níveis, estabelecendo medidas necessárias para a elevação dos níveis de escolaridade da nação, este plano é revisto a cada dez anos, sendo por tanto um projeto de grande amplitude que deve ser seguido por todos envolvidos com a educação no país. (BRASIL, 2003).

Tendo em vista que a educação é o meio essencial para o desenvolvimento e crescimento do país, este plano através de suas estratégias e metas menciona a biblioteca e seus desdobramentos dentre elas a biblioteca escolar, onde todas as escolas públicas devem fornecer o acesso e a qualidade de seus acervos.

A biblioteca escolar tem função relevante na estrutura educacional das escolas, desde que seja um espaço vivo e dinâmico. Esta importância é verificada em Silva (1999, p.67) quando afirma que é na biblioteca escolar onde “a maior parte das nossas crianças terá a oportunidade, muitas vezes a única em suas vidas, de contato com livros e outros documentos. Essa idéia aplica-se especialmente às escolas públicas onde estudam as crianças das classes populares”.

O incentivo à leitura de crianças e jovens, também é objetivo fundamental na biblioteca escolar, estimulando assim o hábito de ler, fazendo uso de preceitos que disseminem o conhecimento e informação de qualidade,

atribuído a formação em sala de aula, para tanto, deve-se haver uma harmonia junto a educadores que estimulem seus alunos a ler e a pesquisar.

Este estímulo à leitura é preciso e deve ser constante para que haja um amadurecimento da compreensão do mundo, agregando assim valores linguísticos e cultural, onde o indivíduo possa aprimorar seu lado crítico, passando a ser uma pessoa consciente de sua realidade, o ato de ler deve ir além da obrigatoriedade de se achar respostas para uma tarefa escolar, correspondente à instrução formal.

Para Freire (1989, p.9) nossa bagagem literária determinar nossa compreensão do novo, para tanto se fará necessário o hábito da leitura atencioso. Sendo assim, “[...] A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre texto e contexto”.

De acordo com Parreiras (2011, p.26), “o contato com a literatura pode dar voz ao leitor, contribuir para a sua formação cidadã, criar atmosferas de expressão estética e de constituição de um olhar crítico sobre a vida”.

A integração pedagógica da biblioteca escolar enquanto estrutura organizacional da escola é concretizada a partir da definição da Organização dos Estados Americanos (OEA) quando diz que ela possibilita a construção curricular,

[...] permite o fomento da leitura e da formação de uma atitude científica; [...] forma o indivíduo para aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, à recreação, apóia os docentes em sua capacitação [...] e oferece informação para tomada de decisão. Informa ainda sobre a atuação no Projeto Pedagógico da Escola e em ações de gestão escolar, culturais e de ensino-aprendizagem. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1985, p. 22).

O Manifesto da UNESCO declara o seguinte sobre biblioteca escolar:

Biblioteca é a porta de entrada para o conhecimento, fornece as condições básicas para o aprendizado permanente, autonomia das decisões e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. Propicia informação e idéias fundamentais para o funcionamento bem-sucedido da atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A Biblioteca escolar habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis. (MANIFESTO, 1976, p.158-163)

No entanto, esta forma de ver o sistema de ensino integrado com a biblioteca foi um desafio que trouxe várias linhas de pensamento sobre a função da biblioteca escolar, visto que, a comunidade escolar seja: professores ou alunos não estavam preparados para absorver toda a nova reorganização de ensino, esse desconhecimento diante da real função da biblioteca escolar enquanto complemento no ensino-aprendizagem, tornam as deficiências mais aparentes.

Neste sentido, a biblioteca transformou-se em espaço de castigo para os alunos desobedientes e espaço para abrigar professores em readaptação. A produção editorial por sua vez não conseguiu produzir livros acessíveis à população e as bibliotecas restringiam seu acervo a dicionários, livros didáticos oferecidos pelo governo e em alguns casos enciclopédias.

Contudo, a concretização de implantação de bibliotecas escolares no país não teve êxito. No entanto, segundo Macedo (2005, p. 68), a precariedade, pois quando existem, é “arremedo de biblioteca escolar sem organização, confusa, e que não pode servir de modelo para o uso correto da informação, ou não conta com alguém motivado para

dinamizar a prestação de serviços bibliotecários”.

A dimensão desse fato entre outros acontecimentos bárbaros referentes à biblioteca em geral, direciona para um fato importante em nosso país, pois a perda em termos de cultura e informação leva-o a um quadro de desigualdade social e cultural.

Para Lourenço Filho (1944 apud GUIMARÃES, [19--], p.3) “[...] uma escola sem uma biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será por seu lado, instrumento vago e incerto”.

Dentro deste contexto, evidencia-se que a biblioteca escolar precisa de uma atenção especial para que possa desempenha atividades necessárias para o desenvolvimento de novos leitores, propiciando assim o crescimento intelectual de crianças e jovens.

3 ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EM BIBLIOTECAS ESCOLARES

O campo de atuação do bibliotecário está regido pela Lei 4.084/62, regulamentada pelo Decreto 56.725/65, que determina as suas atribuições. Baseado no que consta a Lei 4.084/62 o bibliotecário tem uma atuação ampla que envolve diversos tipos de instituições e serviços. (BRASIL, 1962).

Dessa forma, existem desafios que este profissional tende a superar, tendo como mais complicado o reconhecimento da sociedade em função da sua importância no processo de ensino-aprendizagem.

Aliado a este desafio encontra-se a questão da remuneração, que mesmo sendo um profissional regulamentado, a remuneração é fator de baixo nível de satisfação em setores como bibliotecas escolares sejam públicas ou privadas. A depreciação do seu valor

enquanto trabalhador perpassa por fatores variados, como exemplo a aplicação de um padrão quanto aos honorários de seu trabalho estabelecido por uma instituição sindical que seja nacional e desempenhe função de estabelecimento de um piso salarial para as funções deste profissional.

Percebe-se que existe uma variação de piso salarial de acordo com os tipos de bibliotecas ou unidades de informação, como bibliotecas universitárias, bibliotecas públicas escolares, bibliotecas escolares privadas, bibliotecas especializadas, dentre outras especificações.

No Estado da Paraíba, a criação do cargo de bibliotecário está regulamentada pela Lei 3.900 de 28 de junho de 1977 e pela Lei 4.021 de 30 de novembro de 1978, a qual classifica o bibliotecário no grupo dos ANS (Atividade de Nível Superior) código ANS-902. Sendo também inserido no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração estabelecido pelo governo do estado em 2007.

No município de João Pessoa, o cargo de bibliotecário foi criado a partir da Lei n.º 6.885, de 10 de dezembro de 1991.

O bibliotecário de bibliotecas públicas escolares recebe uma remuneração que se situa abaixo da realidade de outras instituições. Este fato decorre da situação das bibliotecas públicas escolares no Brasil que vem sendo preocupante no que tange sua estrutura, seu funcionamento, seu acervo ou até, em muitos casos, sua inexistência.

Este espaço educativo chamado “Biblioteca pública escolar” na cidade de João Pessoa, vem sendo deixado de lado seja por desconhecimento dos gestores ou por descaso na educação de qualidade. Este espaço profissional tende a ser desestruturado e carente de recursos, fato este que Milanesi (1986, p.158) refere-se, “As bibliotecas atreladas aos estabelecimentos de ensino, inclusive públicos, acabam tendo

pouca importância dentro da reprodução da ideologia”.

As bibliotecas públicas escolares têm no seu âmbito estrutural as condições de atender as necessidades informacionais para o ensino-aprendizagem que por sua vez exige a presença do profissional bibliotecário para o desenvolvimento das atividades.

Diante desta realidade Antunes (1993 *apud* PERUCCHI, 1999, p.83) “afirma que 99% das escolas brasileiras teriam que fechar as suas portas, se a existência de bibliotecas fosse condição *sine qua non* para seu funcionamento”.

Este espaço de trabalho é alvo de discussões a respeito de sua importância, principalmente em relação à formação dos indivíduos que não tem acesso a livros e outros suportes informacionais para pesquisas.

Diante de uma realidade conturbada onde o universo escolar e a população em sim desconhecem as habilidades profissionais do bibliotecário, que poderia contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da leitura da pesquisa além de proporcionar interação social e cultural nas instituições.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

O caminho metodológico é composto por uma série de procedimentos que foram empregados ao longo da pesquisa, corresponde a um conjunto de ações desenvolvidas para tornar a pesquisa harmoniosa e coesa. Para Gil (2008, p.8), a ciência objetiva a veracidade dos fatos, dessa forma, o procedimento metodológico é “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Neste caso, o conhecimento é considerado verdadeiramente científico após atingir as etapas metodológicas.

A pesquisa se caracteriza como descritiva e exploratória, pois se utiliza de uma amostra

onde será descrito um fenômeno. Segundo Gil (2008, p.28), as pesquisas descritivas,

[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Enquanto a pesquisa exploratória é considerada como sendo um dos métodos mais utilizados por ser considerada uma pesquisa bastante flexível. Segundo Gil (2008, p.41), as pesquisas dessa natureza, proporciona “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

Mediante a perspectiva de obtenção dos objetivos propostos, a pesquisa foi desenvolvida mediante a abordagem quantitativa e qualitativa. De acordo com Silva e Menezes, (2005, p.20) a pesquisa quantitativa é considerada como tudo que “pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de tecnologias estatísticas”.

A pesquisa qualitativa compreende analisar a realidade perante o mercado de trabalho do bibliotecário nas bibliotecas públicas escolares de João Pessoa.

Neste contexto, quantificar é apresentar fatores estatísticos possibilitando assim melhor entendimento nas relações de quantidade. Enquanto que qualificar preocupa-se em analisar e interpretar as informações fornecidas pelos sujeitos da pesquisa.

4.1 AMBIENTE E SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa tem como lastro as bibliotecas públicas escolares da rede municipal de ensino da cidade de João Pessoa do estado da Paraíba. As escolas estão subordinadas a Secretaria de Educação e Cultura e são estruturadas a partir de 09(nove) Pólos onde estão distribuídas 86 escolas.

Esses Pólos são coordenados por profissionais que prestam assessorias as atividades desenvolvidas em cada unidade de ensino. Essas coordenações estão vinculadas diretamente a Divisão de Planejamento, Articulação e Avaliação (DPAA), onde juntos trabalham em prol da educação de qualidade, sob as orientações da Diretoria de Gestão Curricular (DGC).

Existem ainda nos Pólos 44 Centros de referência em educação infantil (CREIs)¹ também contam com uma divisão específica pertencente a mesma ordem hierárquica das demais, mas neste trabalho não será mencionado tendo em vista que o foco são as bibliotecas escolares inseridas nas unidades escolares municipais.

Os Pólos compõem a estrutura funcional da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC) que é um órgão pertencente ao governo municipal de João Pessoa/ PB. Esta secretaria,

[...] integra o Sistema Municipal de Ensino de João Pessoa, instituído pela Lei n 8.996/99, tendo como objetivo organizar, executar, manter, orientar, coordenar, controlar as atividades do poder público ligadas à educação municipal, consubstanciadas no Plano Municipal de Educação, velando pela observância da Legislação educacional, das deliberações das Conferência Municipal de Educação e das decisões dos Conselhos Municipais ligadas à Educação. (JOAO PESSOA, 2013).

¹ Disponível no site :

http://sedec.joaopessoa.pb.gov.br/portaleducacao/?page_id=84

O Departamento de Planejamento, Articulação e Avaliação (DPAA), de acordo com a direção de gestão curricular, onde determina as providências de cada departamento, define este Departamento como:

O Departamento de Planejamento, Articulação e Avaliação (DPAA) tem como objetivo planejar e acompanhar as ações administrativas e pedagógicas das escolas e CREIs, através dos Pólos que articulam, acompanham e avaliam as metas e as ações programadas pela Secretaria de Educação e Cultura. (JOÃO PESSOA, 2012, p.29)

Contudo, para a amostragem da pesquisa, os Pólos foram escolhidos por serem os responsáveis pelos dados necessários para a pesquisa, assim pode-se não só verificar a existência do profissional bibliotecário como também outros pontos pertinentes a cerca dos funcionários responsáveis pelo funcionamento da biblioteca.

Os sujeitos foram escolhidos devido a sua representatividade no campo estudado, ou seja, os coordenadores dos Pólos pertencentes ao Departamento de Planejamento, Articulação e Avaliação (DPAA) onde num total de 09 (nove), apenas 01 (um) coordenador não respondeu aos questionamentos, pois, no período da pesquisa encontrava-se ausente.

Os coordenadores dos Pólos desempenham funções fundamentais de acompanhamento e orientação dessas unidades de ensino, contribuindo assim com a nova organização da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC) onde se destacam algumas de suas políticas estabelecidas nas Diretrizes da Educação que são:

- Garantir o domínio do uso social da leitura, da escrita, da linguagem e do cálculo matemático, bem como das demais formas de expressão;
- Proporcionar oportunidades para melhorar os níveis de alfabetismo,

fortalecendo a educação de crianças, Jovens e adultos;

- Definir diretrizes de funcionamento da escola Tempo Integral, oferecendo apoio às atividades escolares e às atividades curriculares de arte, esporte, cultura, lazer entre outras, etc. (JOÃO PESSOA, 2012, p.4)

Diante da política estabeleceu-se o propósito e os objetivos para dinamizar o ensino-aprendizagem de cada nível da educação municipal.

Dessa forma, a realização da pesquisa junto aos coordenadores dos Pólos se deve especialmente pelo fato de a partir deles conhecermos a real situação das Bibliotecas escolares públicas do município de João Pessoa, eximindo o pesquisador de ir in loco nas Escolas tendo em vista a grande quantidade de escolas distribuídas pelos bairros de João Pessoa.

4.3 COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para a coleta de dados da pesquisa foi o questionário, semi-estruturado, por compor perguntas abertas e fechadas.

A aplicação do questionário procedeu a partir de uma solicitação oficial da pesquisadora junto a Diretoria de Gestão Curricular (DGC), a qual autorizou a realização do processo de coleta dos dados. Esta, foi realizada de duas maneiras: uma presencial a cada coordenador do Pólo, no seu próprio ambiente de trabalho e outra via e-mail. Dos 09 (nove) coordenadores oito responderam os questionários, sendo: 04 (quatro) coletas presenciais e 04 (quatro) via e-mail.

A pesquisa ainda levantou informações a partir de fontes bibliográficas, documentais e *on line*, dando abrangência à coleta.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O município de João Pessoa contém 86 escolas públicas municipais, estes dados foram coletados após levantamento institucional realizado a partir do site principal da Secretaria de Educação e Cultura do próprio município e comprovação mediante entrevista junto aos coordenadores dos Pólos.

Respeitando o direito ao anonimato dos entrevistados, a pesquisa utilizou as letras do alfabeto para que, em sorteio fossem identificados os Pólos. Contudo as letras sorteadas foram: F, J, M, P, Q, R, S, T, X. Mesmo estando aqui organizadas alfabeticamente, não correspondem a ordem seqüencial de 1 a 9 dos Pólos. Destes apenas um não respondeu ao questionário.

A análise de cada questão, foi distribuída a partir de tópicos, cujos títulos foram retirados das perguntas dos questionários.

5.1 TEMPO DE COORDENAÇÃO

De acordo com os dados da coleta, verificou-se que de um total de oito coordenadores apenas dois tem um tempo superior a um ano, isto comprova que a maioria tem pouco tempo de trabalho e de coordenação dos seus respectivos Pólos e que pertencem ao novo quadro administrativo do governo municipal gestão 2010 a 2013.

Diante dessas mudanças de pessoal existe a possibilidade de novos olhares para a constituição de novas políticas e prioridades a cerca da educação e cultura, conseqüentemente, vislumbrando esperanças de novos rumos para a biblioteca escolar, caso estes coordenadores sejam estimulados por uma conjuntura que evidencie a importância da educação, vinculado ao hábito da leitura e da pesquisa.

No entanto, a cobrança e mobilização da sociedade, dos profissionais bibliotecários, das entidades de classe e dos estudantes de biblioteconomia em prol da valorização das

bibliotecas e principalmente das bibliotecas escolares é essencial para esse novo olhar.

5.2 FORMAÇÃO DOS COORDENADORES

Mediante as respostas obtidas a respeito da formação de cada coordenador, constatou-se que a maioria, num total de sete entrevistados tem formação em Pedagogia o que corresponde a 78% sendo que um dos entrevistados com formação em Psicopedagogia o que corresponde a 11%, esse mesmo percentual aparece para a formação em geografia.

Outra informação importante declarada pelos coordenadores corresponde a especializações dos mesmos, onde em um universo de 08 coordenadores que responderam aos questionários, apenas três declararam possuir pós-graduação, estando distribuídos da seguinte forma: 02 (dois) alegaram ter especialização em Supervisão e Orientação Educacional onde um desses também tem especialização em Gestão. Enquanto 01 dos entrevistados confirmou ter especialização em Educação Especial.

Isto significa que a maioria dos coordenadores tem a formação superior inicial na área de educação, somado ao pouco tempo de coordenação dos mesmos, podemos perceber que apesar das ações de apoio a escola desempenhada por eles, a biblioteca escolar acaba se tornando um instrumento incompleto não somente pela falta de um profissional adequado, mas também porque falta uma visão por parte dos coordenadores sobre a manutenção deste espaço, e como estes não possuem nenhuma especialização fora do âmbito educacional, onde inclusive nenhum deles possui mestrado, eles acreditam que as ações desenvolvidas pelos funcionários da biblioteca (que em sua maioria são professores readaptados) estão a contento.

5.3 ESCOLAS QUE INTEGRAM OS PÓLOS

As 86 escolas da rede municipal de ensino disponibilizadas no site da Secretaria de Educação e Cultura estão distribuídas em todos os bairros do município de João Pessoa. Estas escolas estão vinculadas aos Pólos onde estes realizam ações para melhoria das atividades educativas, sociais e assistência técnico-pedagógica aos professores. Essa divisão dos Pólos garante maior visibilidade e controle do plano pedagógico e das necessidades de cada unidade educacional.

A partir da identificação da quantidade de escolas, identifica-se que existem no mínimo 86 vagas abertas para a realização de concurso público para o profissional bibliotecário, levando em consideração a aplicação da Lei 12. 244.

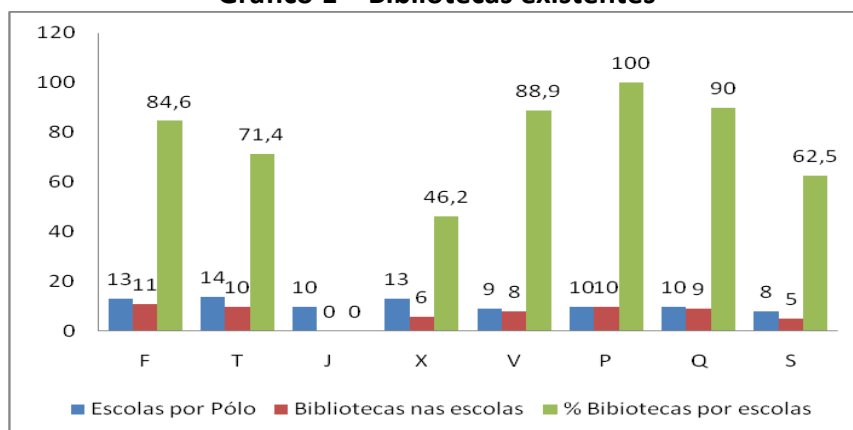
Segundo a coleta, 04 (quatro) coordenadores responderam de acordo com o site fornecido pela SEDEC, ou seja: (F) são 13 Escolas, (J) são 10 Escolas, (M) são 9 Escolas, (S) são 8 escolas, no entanto, os outros 04 (quatro) coordenadores divergiram suas respostas quanto a quantidade de escolas, ou seja: o respondente (T) declarou 14 unidades escolares de seu domínio enquanto na relação informada no site da SEDEC constam 15 unidades, o respondente (X) declarou 13 quando deveriam ser 09 de acordo com informações fornecidas no site da SEDEC e ainda os respondentes (P) e (Q) também informaram valores que não correspondem aos dados reais fornecidos pelo site.

Isto deixa claro que há uma falta de interesse ou pelo menos desconhecimento por parte destes sobre seu domínio de atuação.

5.4 BIBLIOTECAS EXISTENTES NAS ESCOLAS

Esta questão foi fundamental para verificar o ponto de vista dos coordenadores quanto a real efetivação da biblioteca nas escolas e seu conhecimento sobre o seu Pólo.

Abaixo está demonstrado a partir do gráfico as respostas dos coordenadores.

Gráfico 1 – Bibliotecas existentes

Fonte: Dados da pesquisa -2013.

Nesta questão, um dos coordenadores considerou que não existem bibliotecas, pois considera os espaços como sala de leitura.

- *Todas as unidades de ensino de minha competência não abrigam bibliotecas, para mim todas se caracterizam apenas sala de leitura, tendo em vista que não prestam serviços correspondentes a uma biblioteca. (J)*

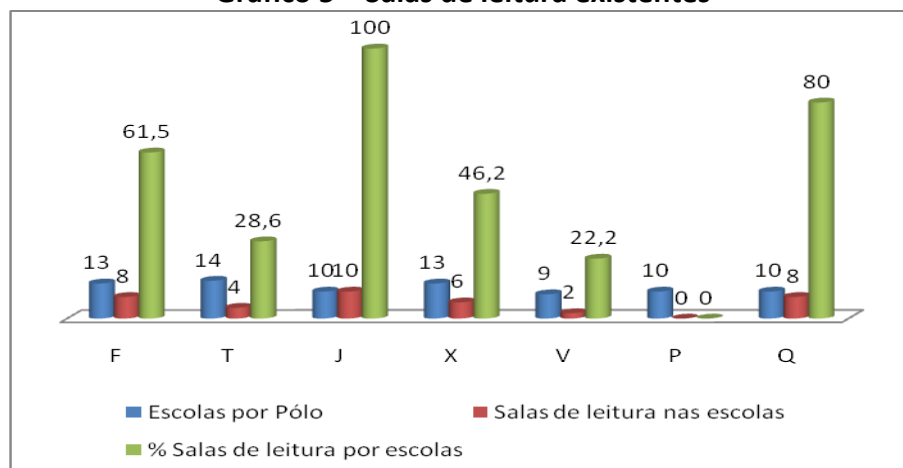
Foi questionado ainda sobre o funcionamento dessas bibliotecas, e alguns coordenadores responderam que nem todas as bibliotecas estão em pleno funcionamento, ou seja existe apenas um espaço onde contém alguns livros.

Quanto aos turnos nem todas estão abertas para atender aos usuários nos três horários. O entrevistado (J) declarou que existe 01 escola em reforma, o que justifica o gráfico 1 por isso não tem nem biblioteca nem sala de leitura.

5.5 SALAS DE LEITURA EXISTENTES NAS ESCOLAS

Em se tratando que existe uma confusão por parte da sociedade sobre o que é biblioteca e sala de leitura, foi questionado também sobre a quantidade de salas de leitura. Para tanto, as perguntas foram realizadas separadamente para diagnosticar a real existência de uma biblioteca e um espaço destinado à leitura.

O gráfico abaixo demonstra os resultados:

Gráfico 5 – Salas de leitura existentes

Fonte: Dados da pesquisa -2013.

Quando entrevistamos os coordenadores, identificamos a falta de conhecimento por parte de alguns a respeito da diferença entre biblioteca e sala de leitura. Desta forma, o entrevistado (F) informou ainda que esta situação também ocorreu mediante verificação do diagnóstico pedagógico, realizado pelos pólos neste ano de 2013, onde havia um campo perguntando aos responsáveis pela escola, se existia sala de leitura e/ou biblioteca, onde a maioria das respostas alegavam a existência dos dois, em alguns casos ainda colocavam que “a sala de leitura está inserida dentro da biblioteca” e “a biblioteca funciona como sala de leitura”.

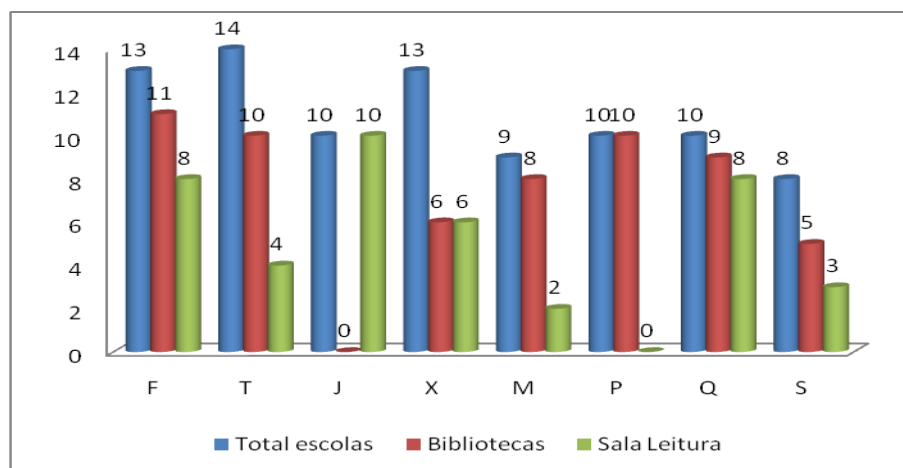
Diante deste resultado podemos constatar que os coordenadores não conseguem distinguir a diferença entre biblioteca e sala de leitura.

De acordo com CFB/CRB (2008, p.19),

Os diretores das escolas e responsáveis técnicos não têm domínio sobre a concepção de se funcionamento e se arriscam a opinar apontando o espaço físico como única diferença entre biblioteca e sala de leitura: a biblioteca seria aquela com maior espaço físico, a despeito da constituição do acervo, serviços e nível de tratamento das obras.

Este fato acaba ocasionando uma visão distorcida dos serviços que poderiam ser disponibilizados para o desenvolvimento educacional dos alunos na escola, o gráfico abaixo mostra os dois instrumentos (biblioteca e sala de leitura) dentro das escolas, apenas um dos entrevistados disse haver apenas sala de leitura nas escolas e outro revelou que nas escolas de seu domínio existem apenas bibliotecas.

Gráfico 3 – Número de escolas com bibliotecas e salas de leitura



Fonte: Dados da pesquisa- 2013.

Como podemos ver no gráfico, o número de escolas públicas municipais é bastante elevado, tendo em vista seu grau de importância para a sociedade, por atender a um grande número de estudantes, além de atender a programas do governo federal destinado a educação e qualificação profissional de jovens, como: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e

a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Diante destas informações podemos perceber que o público atendido nas escolas é bem diversificado e que precisam ter acesso a informações de qualidade e isso vai além da educação básica.

A biblioteca pública escolar passa a ser uma ferramenta valiosa para incentivar a leitura, a pesquisa e proporcionar um cidadão bem informado.

O que mais chamou atenção nesta análise foi o fato de haver bibliotecas e salas de leituras na mesma unidade educacional, fato este que foi abordado no momento da realização da coleta de dados e foi comprovado mediante um documento de trabalho interno do Pólo, mas em alguns casos logo pontuavam que a sala de leitura está inserida dentro da biblioteca, sob esta perspectiva pedimos a opinião dos coordenadores sobre este fato:

6 O problema é que os diretores das escolas não sabem diferenciar biblioteca de sala de leitura. (F)

7 Nas escolas existem apenas salas de leitura, porque os serviços prestados não conduzem com os de uma biblioteca. (J)

5.6 BIBLIOTECAS SEM BIBLIOTECÁRIO

Para esta questão, todos responderam que não existe bibliotecário para atender a demanda informacional existente nos espaços das escolas sejam bibliotecas ou salas de leitura.

As respostas desta questão vêm comprovar que **não existe nenhum bibliotecário nas bibliotecas escolares da rede de ensino municipal de João Pessoa.**

A esfera educacional fica comprometida, no que tange a biblioteca escolar que sem a presença do profissional bibliotecário acaba por ser apenas um espaço qualquer, perde assim sua importância, pois não consegue atingir os objetivos propostos por um a Biblioteca Escolar.

5.6.1 Formação do profissional que atua na biblioteca ou sala de leitura

Diante das respostas, não existe nenhum profissional que tenha apenas nível fundamental. Foi identificado que 25% tem

ensino médio completo, 31% corresponde aos que tem ensino superior incompleto, foi identificado que para este nível, 12% são alunos do curso de biblioteconomia e a maioria que corresponde a 44% têm nível superior completo.

Dessa forma, exceto os estudantes de biblioteconomia, todos os outros profissionais lotados nestes espaços/bibliotecas ou salas de leituras não têm habilidades teóricas, práticas, técnicas necessárias para exercer atividades inerentes ao funcionamento da biblioteca, pois são profissionais contratados temporariamente sem nenhum critério, como também professores readaptados com tempo de serviço próximo de sua aposentadoria, não tendo mais disposição para atender a dinâmica de atividades que exige para uma biblioteca escolar.

Verifica-se a total ignorância dos gestores públicos quanto a área da biblioteconomia, pois de acordo com o projeto de Lei nº 6.038/2013, que aborda as competências do técnico em biblioteconomia, os funcionários que forem lotados em bibliotecas devem no mínimo estarem capacitados para:

- I – organizar, gerar, recuperar, disseminar, utilizar e preservar a informação contida nos acervos;
- II – prestar serviços aos usuários, disponibilizando as informações demandadas;
- III – participar de planejamento e desenvolvimento de projetos que ampliem as atividades de atuação sociocultural das instituições em que atuam.

Diante deste fato fica claro que para assumir essas funções, os espaços/bibliotecas ou salas de leituras deveriam ter um profissional bibliotecário, o qual está habilitado para gerir e desenvolver adequadamente todas as atividades de uma biblioteca e que os funcionários já existentes possam auxiliar o bibliotecário.

Dessa forma, o município de João Pessoa está carente e ausente quanto a qualidade na prestação do serviço correspondente a bibliotecas escolares.

5.7 FORMAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS COM NÍVEL SUPERIOR

A maioria dos coordenadores declarou que esses funcionários de nível superior são professores readaptados e que apesar do afastamento da sala de aula ainda podem contribuir com a educação municipal, por isso são recolocados para este espaço. Evidenciou-se que 44% desses professores são da área de pedagogia, 19% são da área de Português, 13% Geografia e 6% Ciências, História, Educação Física e Educação Artística.

Isto coaduna com a cultura existente há décadas no Brasil, onde inclusive podemos verificar em uma pesquisa realizada pelo instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em conjunto com o Ministério da Cultura, onde traça o perfil dos gestores dos órgãos culturais no Brasil, ficando 4.154 para profissionais em Pedagogia, enquanto que em Biblioteconomia temos 824. (IBGE, 2006, p.130-131)

No entanto, com fiscalizações realizadas pelo CRB15 e o estabelecimento da Lei 12.244/2010, esta situação tende a ser mais bem conduzida, inserindo o bibliotecário no seu lugar de direito que é a biblioteca.

Na questão aberta, foi perguntado o sexo desses funcionários, os coordenadores responderam que não sabiam responder detalhadamente, para isso era preciso realizar um levantamento para melhor qualificar, mas que o sexo feminino provavelmente fosse predominante.

Pedimos a opinião dos coordenadores dos Pólos sobre a presença do profissional bibliotecário nas bibliotecas escolares contribuindo assim no processo de ensino e aprendizagem da escola.

As respostas foram positivas tendo em vista que todos alegaram ser de importância. Num total de 100% (cem por cento) dos posicionamentos.

Apesar de não existir a figura do profissional bibliotecário nas escolas, a maioria dos coordenadores acredita que esse profissional poderia contribuir para o bom funcionamento das bibliotecas escolares, aumentando assim a qualidade dos serviços prestados, entretanto um entrevistado contestou a autonomia desse profissional alegando em seu depoimento que:

É importante desde que tenha um professor inserido dentro da biblioteca. (M)

Logo abaixo teremos algumas declarações a respeito desse profissional:

[...] o bibliotecário além de organizar o espaço físico da biblioteca, registrando e catalogando os livros, teria um conhecimento melhor do acervo, facilitando o desenvolvimento de atividades neste ambiente [...] (T)

[...] o profissional da referida área pode orientar a cerca do acervo bibliográfico, além de despertar no aluno o incentivo a leitura podendo assim contribuir para o processo de ensino aprendizagem. (P)

É de suma importância para o processo de ensino-aprendizagem, para auxiliar e acompanhar junto com

os outros profissionais da escola. (X)

Seria bom um profissional qualificado, pois saberá melhor trabalhar e oferecer atrativo para os alunos onde é uma sala muito rica em material. (S)

Para isso é necessário que haja um trabalho do conselho de biblioteconomia, sensibilização exigindo critérios para que haja concurso para o profissional dessa formação. (F)

Este depoimento chamou atenção, porque fez referência a problemática dos concursos que não são oferecidos para esses profissionais.

Dessa forma, cabe a mobilização das entidades de classe e dos profissionais, indicar para os gestores públicos a importância do bibliotecário nas atividades de ensino e aprendizagem nas escolas.

Tendo em vista que a biblioteca escolar sem um profissional habilitado passa a ser um mero espaço na escola. Vale salientar que as competências do bibliotecário vão além de codificar a informação, ele conhece este espaço e tem por formação, meios de torná-la um bem acessível.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, o acesso a cultura e a ciência são direitos constitucionais, e para sua efetivação merecem uma atenção maior por parte dos dirigentes, por serem considerados um dos alicerces que asseguram o desenvolvimento de um país.

Dessa forma, a pesquisa em tela está voltada para a compreensão do fortalecimento do processo educacional em escolas públicas,

tendo em vista a existência de bibliotecas nessas escolas.

O ambiente de estudo foi às escolas públicas municipais de João Pessoa, onde pode-se identificar que totalizam 86 escolas e estão inseridas em uma estrutura organizacional da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), distribuídas em Pólos. Estes são coordenados por profissionais em sua maioria Pedagogos.

Diante das análises, verificou-se que os coordenadores dos Pólos deveriam ser profissionais com uma visão gerencial bastante aguçada e com conhecimentos gerais sobre toda a estrutura organizacional do seu Pólo como conhecimento: in loco de todas as escolas, conhecimento de suas demandas, estrutura e demanda informacional. Esta demanda informacional, refere-se à efetivação real de bibliotecas, que para alguns coordenadores há uma confusão do que seja biblioteca ou sala de leitura.

Constatou-se a carência e/ou inexistência de bibliotecas públicas escolares no município de João Pessoa, que efetivamente sejam atuantes e cumpram com seus objetivos de biblioteca escolar e que também não existem bibliotecários nesses espaços informacionais sejam bibliotecas ou salas de leitura.

Fato este que merece atenção especial, pois o mercado de trabalho para bibliotecas públicas escolares neste município é frutífero, visto que a obrigatoriedade da Lei 12.244 vem tornar possível a existência real de bibliotecas e de bibliotecários. Isto significa que existe uma carência de no mínimo 86 profissionais bibliotecários nas escolas do município de João Pessoa.

Contudo, o gestor municipal deverá compreender a importância de se ter uma biblioteca com um profissional bibliotecário desenvolvendo a função de colaborador no ensino-aprendizagem no que se refere a todo o processo informacional, oportunizando aos usuários que são professores, alunos,

direção/coordenações e demais profissionais integrados nas escolas, atividades que contemplem toda uma assessoria e incentivo ao letramento, a educação, a cultura e ao exercício de um cidadão informado e dotado de conhecimento.

Para tanto, faz-se necessário seguir dois caminhos: contratação de bibliotecários, atendendo as exigências da **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010** e a criação e legalização do Sistema de Bibliotecas Escolares Municipais. Estes dois caminhos a serem trilhados viabilizarão o processo de atendimento das demandas de organização para a funcionalidade do trabalho de mediação informacional nas escolas, como também o processo de reconhecimento do profissional de biblioteconomia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº **10. 753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm>. Acesso em: 21 jul. 2013.

_____. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em: 21 jul. 2013.

_____. **Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 21 jul. 2013.

CAMPELLO, Bernadete. A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para seu aperfeiçoamento. **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, v.5, 2003. Disponível em:

<<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/ENAN054.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução a Biblioteconomia**. São Paulo: editora: Pioneira, 1992.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 4).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Janaína. **A Biblioteca escolar e o PNBE no processo de formação de leitores competentes**. [19--]. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem01/COLE_1689.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2013.

JOÃO PESSOA. Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC). Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sedec/escolas-municipais/>>. Acesso em: 02 Jul. 2013.

_____. Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC). Disponível em: <<http://sedec.joaopessoa.pb.gov.br/portaleducacao/wp-content/uploads/2012/03/Diretrizes.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

MACEDO, Neusa Dias. **Biblioteca escolar brasileira em debate**: da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: SENAC/ Conselho Regional de Biblioteconomia/8ª Região, 2005.

MANIFESTO da Unesco Sobre bibliotecas públicas. **Revista Bras. Bibliotecon. e Documentação**, São Paulo, v.7, n. 4/6, p. 158-163 abr./jun., 1976.

MILANESI, Luis. **Ordenar para Desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.258.

_____, Luiz. **O que é biblioteca.** São Paulo: Brasiliense. 1983. (Coleção primeiros passos).

MINAYO, Maria C. de S. et al. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Modelo flexível para um modelo nacional de bibliotecas escolares.** Brasília: Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares/FEBAB, 1985.

PARAÍBA, **Lei nº 4.021 de novembro de 1978.** Dispõe sobre o grupo de outras atividades de nível superior a que se refere art. 2º da Lei 3.900/77.

PARREIRAS, Nínia. Biblioteca Escolar: que Espaço é esse? o papel da biblioteca na formação do Leitor literário. Ano XXI Boletim 14. 2011. p.26.

PERUCCHI, Valmira. Importância da biblioteca nas escolas públicas municipais de Criciúma. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina.** Florianópolis, v. 4, n. 4, 1999.

SILVA, Carmem Silvia Bissolida. Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade. São Paulo: Autores Associados, 1999.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. (Rev. e Atual.) Florianópolis: UFSC, 2005.

DADOS SOBRE AUTORIA

* Bibliotecária formada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
E-mail: alexsandras.cruz@gmail.com

**Professora Me. dos Cursos de Biblioteconomia e Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
E-mail: edianetgc@gmail.com